

Jornalistas concursados vão à Justiça para barrar trem da alegria no Senado

Objetivo é garantir vagas hoje ocupadas por funcionários de cooperativas

O GLOBO

12 JAN 2002

Catia Seabra
e José Augusto Gayoso

• BRASÍLIA. O Senado será palco de uma batalha jurídica e política em fevereiro. Quarenta e cinco profissionais de comunicação concursados e ainda não convocados vão à Justiça para garantir seus empregos, atualmente ocupados por mão-de-obra terceirizada. O concurso, realizado em 1997 e com fim de vigência previsto para o dia 2 do mês que vem, custou US\$ 1 milhão aos cofres públicos. Ainda assim, o Senado gasta R\$ 550 mil anuais com a contratação indireta de jornalistas. Entre os profissionais terceirizados estão parentes de senadores e jornalistas que foram reprovados no concurso, mas admitidos por indicação política.

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou, em julho de 2001, irregularidades na contratação de jornalistas por meio de cooperativas. No relatório do ministro Valmir Campelo, a administração do Sena-

do é acusada de ferir a Constituição ao contratar duas cooperativas (primeiro a Coopercon e depois a Infocoop) sem exigir uma comprovação de regularidade com a Previdência, a Receita Federal e o FGTS.

TCU sugere regularização da situação dos profissionais

O TCU alerta para a possibilidade de o Senado sofrer prejuízo com eventuais ações trabalhistas e sugere que a Casa providencie a regularização dos jornalistas. Em seu relatório, o ministro Campelo, um ex-senador, destaca: "Faltou ao responsável (o Senado) velar pela estrita observância de seu dever, uma vez que a escolha dos cooperados estava voltada para o intersubjetivismo e aos linhames da índole pessoal, possibilitando o favorecimento e o clientelismo".

Entre os cooperados estão Raimundo Costa, filho do falecido senador Alexandre Costa, e Maria Auxiliadora Rocha, filha do senador Nabor Junior (PMDB-AC). Nabor afirma que

nunca intercedeu pela filha.

— Ela é profissional reconhecida no mercado — disse.

Pela lei, só poderia haver contratação via terceirização de funções não previstas no quadro do Senado, o que não é o caso de jornalistas. O TCU destaca ainda a contratação de cooperados para funções diferentes das que realmente exercem. Um exemplo: José Maria Ulles Moreira, que prestou concurso e foi desclassificado, trabalha como contratado da Infocoop, na função de produtor executivo, mas, na verdade, é coletor de notícias, ou seja, uma função de jornalista, amparada pelo decreto que regulamenta a profissão.

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), lembrou que o edital do concurso determinava que deveriam ser preenchidas 40 vagas e que já foram aproveitados 136 dos 189 que foram aprovados. Os concursados também ouviram do presidente da casa, Ramez Tebet (PMDB-MS), que não serão demitidos. ■